SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL
INDAIATUBA/SP

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) ESCUTA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB) JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE INDAIATUBA BIÊNIO 2024/2026 EM 20.05.24

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às 18h30 foi realizada no Centro de Convenções Aydil Pinesi Bonachella, Indaiatuba, São Paulo, a escuta pública referente ao Plano Nacional Aldir Blanc (PNAB). Às 18h45 instalou-se a escuta pública. Estavam presentes conselheiros e sociedade civil. Estavam presentes também nesta escuta os funcionários da Prefeitura Municipal de Indaiatuba Tânia Castanho, atual secretária municipal de cultura e Josielle Costa. Iniciou-se a escuta com a Secretária de Cultura Tânia agradecendo a presença de todos nesta escuta pública relacionada ao Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), instituída pela Lei n°14.399, de 08 de julho de 2022. Em seguida explicou que a plataforma do governo federal tem prazo a ser cumprido e que reuniões como estas são importantes pois são capazes de apresentar sugestões de aplicação dos recursos da leida lei. Desejou bom trabalho a todos e relembrou que ainda haveria mais um dia de escuta pública naquela mesma semana com a possibilidade de acompanhamento online. Reiterou que ambas as leis, Paulo Gustavo e Aldir Blanc, vieram para potencializar o setor cultural e foi perceptível a importância de ambas para o desenvolvimento da cidade. A presidente Katina agradeceu e se apresentou como presidente. Apresentou também Weber, vice-presidente, e explicou que o Conselho tem as portas abertas a todos, bem como todas as suas reuniões, estas com datas e horários informados nas redes sociais da prefeitura. Relembrou também sobre a importância de aproveitarem aquele momento para pensar em ações a longo prazo. Em seguida, o vice-presidente Weber fez uma breve explicação sobre a PNAB seguindo texto do retroprojetor. Nela descreveu que os recursos serão distribuídos aos municípios e estados pelos próximos cinco anos e apresentou os objetivos desta política, sendo eles o estímulo ao fomento à cultura pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; a garantia do financiamento e manutenção de agentes, espaços e ações artísticos-culturais e a democratização do acesso e produção artística nos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como em suas áreas periféricas, urbanas e rurais. Explicou como seria feita a distribuição dos recursos nacionalmente e apresentou também o valor disponibilizado para o munícipio de Indaiatuba: R$ 1.707.233,01. Em seguida expos a proposta de PAAR feita pela secretaria de cultura a ser enviada para aprovação do governo federal. A proposta era separada em três quadros divididos entre meta, porcentagem e total repassado. As metas foram divididas em Consultoria, com 5% de porcentagem, com total repassado de R$ 85.361,65; Subsídios Espaços Culturais, com 8,43% e R$144.000,00 de repasse; Reforma e Aquisição, com 36,57% e 624.254,86 de repasse; Fomento Cultural, com 25% e 426.808,25 de repasse e Pontões/Cultura Viva também com 25% e 426.808,25 de repasse. O vice-presidente Weber explicou que algumas porcentagens vinham fixadas pelo governo federal. No âmbito de reformas e aquisição de espaços culturais a secretaria apresentou o restauro do Centro Cultural Wanderley Peres, visto que é uma edificação tombada e, por isso, com especificidades de reparo com altos custos, além de ser um prédio utilizado pela população para cursos e oficinas gratuitos. O vice-presidente elucidou também sobre os Pontões e Pontos de Cultura, dando um panorama de como tornar-se um ponto e afirmando que, caso houvesse interesse, poderia repassar os slides explicativos do governo federal sobre a Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei n° 13.018, de 22 de julho de

2014. Após estes esclarecimentos, Weber apresentou um pré- estudo para as premiações de Fomento Cultural, explanando que a proposta foi feita baseada em editais anteriores da Secretaria Municipal de Indaiatuba, estudos de cadastros da Prefeitura Municipal em que constam a quantidade de artistas e seus respectivos segmentos na cidade, bem como o formato utilizado no Programa de Ação Cultural (PROAC). A presidente Katina agradeceu e retomou a palavra para explicar o objetivo da escuta pública e como ela seria realizada. Disse que o tema daquele dia seria a formatação dos editais e no próximo encontro seriam discutidas as questões de reformas e aquisições, bem como dos Pontões e Cultura Viva. Apresentou, então, a proposta de formato para discussão e exposição de propostas da classe artística durante a escuta. Esta consistia na divisão dos segmentos de Artes Visuais, Artes da Cena, Literatura, Cultura Popular e Música junto de seus representantes para que debatessem e apresentassem suas propostas para os editais. Contudo, a presidente Katina atentou aos presentes para o fato de que ali seriam feitas propostas e as mesmas seriam ouvidas, porém não havia garantia de que todas poderiam ser executadas no futuro, visto que dependeriam das possibilidades reais de suas aplicações. A presidente abriu espaço para perguntas e a ouvinte Marina Costa afirmou que não entendeu exatamente o que seria discutido entre os grupos e perguntou se esses valores eram da secretaria ou se já chegavam previamente trazidos pelo governo federal. Weber, vice-presidente, explicou que alguns percentuais vem definidos pelo Governo Federal, à exemplo da política nacional cultura viva, ou as porcentagens a serem aplicadas em culturas periféricas ou rurais. Foi então sugerido que as discussões tratassem de melhorar o acesso dos agentes culturais aos recursos através dos editais para pensarem não apenas os valores, mas questões de acessibilidade, apresentação das dificuldades dos artistas nos formatos atuais e suas possíveis soluções. Mas relembrou também que há exigências que não podem ser mudadas, como por exemplo a necessidade da apresentação da certidão negativa de débitos antes de se receber verbas públicas, por exemplo. Marina perguntou também se os valores propostos na planilha dos editais poderiam ser reorganizados e Weber confirmou que sim, visto que eram sugestões. A presidente Katina organizou e separou os grupos, mas antes que se dividissem, a conselheira Rafaele pediu a palavra e complementou a fala da presidente sobre o objetivo desse momento de discussão, trazendo que esse seria o momento de se pronunciar sobre os incômodos dos editais e também sobre o que entendem que funciona para que assim pudessem ajudar a secretaria e conselheiros a estruturar estes editais em um formato mais interessante para a classe artística da cidade. Após este momento de esclarecimentos, os segmentos se organizaram em grupos para as discussões e tiveram uma hora para conversar e apresentar propostas.

O primeiro grupo foi Cultura Popular, representado por Rafaele Paiva, titular da cadeira de Cultura Popular. Como primeira sugestão, representantes do Hip Hop solicitaram que não se separe os segmentos internos da cultura Hip Hop, visto que, assim como nas culturas tradicionais, a cultura hip hop abarca música, dança, poesia, artes visuais entre outras, mas não de forma segmentada e sim como um todo. Sendo assim, a solicitação é que se crie, assim como no Proac, um edital voltado a Culturas Populares Urbanas, abarcando toda essa diversidade num todo. A proposta explicou que se tenha, então, um edital para Cultura Popular Tradicional e outro para Cultura Popular Urbana. O grupo propôs também uma área do candidato online para as inscrições nos editais, ali teriam todos os dados do proponente, os editais aos quais estaria participando, sua documentação pessoal, bem como as devolutivas sobre seus projetos e toda a comunicação entre secretaria municipal de cultura e candidato. O exemplo dado foi a área do candidato utilizada para concursos públicos ou

até mesmo o modelo utilizado no Proac. Argumentaram que facilitaria a comunicação, bem como diminuiria a burocracia para grupos de culturas tradicionais com mais dificuldade para conseguir a documentação. Como terceira proposta, sugeriram especificações no momento de divulgação dos editais, que estes expliquem o que são culturas populares e quais critérios se encaixam neste perfil, pois há muitos grupos e fazedores de cultura que não se entendem dentro dessa categoria, apesar de fazerem parte dela. Alegaram também que tal feito poderia ajudar no mapeamento dos fazedores de cultura popular do município. A quarta proposta foi de diminuir a quantidade de premiações para, assim, aumentar o valor distribuído, visto que os valores estão muito baixos e impraticáveis. Como última proposta, solicitaram também algum tipo de comprovação de atividade para evitar possíveis aproveitadores que não realmente trabalhem na área.

O segundo grupo a apresentar propostas foi o de Artes da Cena que continha representantes de circo, dança e teatro, seu porta-voz foi Alexsander Calefo, ator. A primeira proposta foi de que o trabalho a ser apresentado como contrapartida não tenha necessidade de ineditismo, visto que tanto o valor dos editais é baixo como os prazos de entrega são curtos, condições que não permitem um trabalho de alta qualidade, caso precise ser inédito. Solicitaram também a possibilidade de cada artista participar de até dois projetos na própria área de que já faz parte, seja dança, circo, e outros segmentos das artes da cena. Um como proponente e outro como participante no projeto de outro colega. A terceira proposta é que oito grupos fossem contemplados, recebendo R$ 7.500,00. Como quarta propositura ficou a extensão do período entre contemplação e estreia, já que prazos muito curtos tendem a reduzir muito a qualidade do que será apresentado. Solicitaram como quinta proposta que a secretaria de cultura/ prefeitura ofereça a estrutura para as apresentações: locações, luz e som e técnicos, porque o valor oferecido não condiz com os aluguéis destes equipamentos, menos ainda a remuneração deste profissional. A sexta sugestão foi quando a contrapartida obrigatória for uma apresentação, que seja apenas uma e não várias, pelos mesmos motivos anteriores: baixa remuneração e tempo curto para ensaios. Também trouxeram uma proposta revogando a necessidade do ineditismo nas contrapartidas de apresentação, desde que não seja algo já apresentado em outro edital do mesmo ano. Finalmente, propuseram que exista um critério de pontuações que beneficie quem comprove pesquisa na área, bem como mais apresentações próximas ao período do edital.

O segmento seguinte a apresentar suas propostas foi o de música, e teve como representante Yara da Silva, conselheira suplente da cadeira de música. A primeira proposta foi de aumento do cachê, visto que os valores apresentados estariam muito fora do valor praticado no mercado. Como segunda sugestão, solicitaram a garantia de locação, som, luz e técnico para ambas as anteriores para as apresentações, pois se há a necessidade de locação, os artistas acabam usando todo o cachê disponível para a parte estrutural das apresentações. A terceira proposta foi um valor mínimo para cada tipo de grupo: grupos de até três integrantes receberiam a partir de R$ 3.300,00; já com a garantia da estrutura. Para grupos de quatro pessoas ou mais pessoas os valores deveriam partir de R$ 8.000,00. Propuseram também que a categoria DJ seja incluída como música e solicitaram a informação se isso seria realmente possível. Como quinta proposta solicitaram mais tempo para a entrega da contrapartida e como sexta apoios pedagógicos na construção dos projetos, como cursos e oficinas de preparação de projetos. A sétima e última proposta foi uma devolutiva da negativa de projetos para que o artista tenha a possibilidade de compreender o que precisa ser melhorado para as próximas tentativas.

O grupo seguinte foi o de Literatura, representado por Mariane Gomes, titular na cadeira de Literatura no Conselho. Antes de fazer uma proposta, a conselheira traz o incômodo pelo baixíssimo valor colocado para o edital de Literatura, mesmo que para ação única, como o lançamento de um livro que, por si só, é algo extremamente custoso de publicar. Em seguida fizeram a primeira proposta: aumentar o fomento à Literatura. Seja aumentando o valor e tirando de outros editais, seja diminuindo a quantidade de contemplados . Trouxeram também o formato que estaria sendo apresentado no município de Salto, com projetos de maior, médio e pequeno porte, bem como outro específico para oficinas; formato este que daria, segundo a justificativa do grupo, abertura para projetos de intersegmentos e multilinguagem. Reiteraram a ideia do cadastro fixo proposto pelo grupo do Cultura Popular e solicitaram, como proposta seguinte, que a secretaria, junto da prefeitura, sempre forneça o lugar onde os projetos serão realizados. A participante Marina Costa pediu a palavra e acrescentou que o formato de Salto dá a oportunidade de que os projetos sejam de longo prazo, dando sustentabilidade para os mesmos, inclusive com formações. Disse que dessa forma funcionam melhor como política pública do que remuneração emergencial, já que hoje a PNAB não é apenas emergencial, mas sim uma política de médio e longo prazo.

Josielle solicitou a palavra e afirmou, como resposta à solicitação do Grupo de Literatura, que é possível fazer lançamentos de livros na biblioteca. Sendo necessário apenas o agendamento pelo telefone.

Finalmente o último grupo apresentou suas ideias e propostas, o Grupo de Artes Visuais, representado pelo conselheiro suplente, Caio Miranda. Antes de trazer uma proposta, solicitaram que a secretaria trouxesse as porcentagens exatas das distribuições na escuta seguinte para que as mesmas fossem debatidas. A partir daí fizeram a primeira proposta, solicitando que as exigências dos editais estejam de acordo com a remuneração, o que significa que se a remuneração for mínima, que as exigências também o sejam visto que os valores estão quase impraticáveis. Como proposição seguinte colocaram que a “peça” seja a própria contraproposta e não a peça mais uma oficina, ou ações do tipo, visto que a remuneração está muito baixa. Como proposta seguinte sugeriram também que para o caso de fotografias ou pinturas que os materiais possam ser entregues “crus”, ou seja, sem moldura, visto que isso encarece a peça a ponto de custar quase o valor da remuneração/premiação.

Finalizadas as proposições, a presidente Katina abriu o microfone para quem quisesse dar mais alguma sugestão. Arthur Raymundo propôs também que existam pontuações no edital para aqueles que vivem só da arte. Rafaele trouxe a importância de ter editais de fomento para pessoas que estão iniciando nas artes e concordou com Marina Costa sobre a importância de se pensar os trabalhos e editais a longo prazo, não apenas como remuneração pontual. Mariane Gomes chamou a atenção para o fato de que há áreas em que a comprovação de atividades fica complicada, visto que ninguém vive apenas de publicações de livro, por exemplo. Arthur Raymundo retomou a palavra solicitando que seja possível usar um material com mais qualidade nos vídeos que precisa enviar para os editais, pois acredita que fica muito mais difícil avaliar a qualidade do trabalho com materiais também de baixa qualidade. Fábio Pimenta afirmou que, depois de ouvir os colegas, percebeu que a possibilidade de haver mais categorias em cada edital poderia contemplar mais pessoas. Chamou a atenção para o fato de que as melhorias propostas pelos artistas são melhorias para a cidade, para que os trabalhos apresentados na cidade tenham mais qualidade, portanto não apenas algo para os artistas de forma isolada. A presidente Katina trouxe a importância da participação da sociedade civil nas reuniões do Conselho de forma

geral, pois assim, mesmo que neste primeiro momento nem todas as solicitações sejam aceitas, para os próximos a classe artística consiga tudo o que está solicitando, dentro do que é possível ser feito. Disse que devemos pensar na política pública a longo prazo, para que as nossas exigências virem lei. Requisitou que todos busquem seus representantes setoriais para que possam fazer a organização a partir daí, bem como suas reuniões setoriais. Agradeceu a todos e chamou para a oitiva que aconteceria na quarta-feira seguinte. Marina Costa perguntou sobre os desdobramentos daquela discussão, se teriam votações e participação efetiva da comunidade nas decisões. Katina explicou que por conta do prazo, 31 de maio, o Conselho precisará se organizar para deliberar o que for possível e dar esse retorno para a sociedade e explicou que todas as informações sairão no site e no diário oficial. Marina solicitou acesso à cartilha que orientou a secretaria municipal de cultura. Weber respondeu que esse plano já estaria no Transferigov, estando, portanto, acessível, já que todo o processo é transparente. Katina se comprometeu a organizar e disponibilizar esses documentos. O participante Fernando sugeriu o envio dessa cartilha pelo Conselho. Jader sugeriu a volta do grupo de Whatsapp que foi fechado e Katina afirmou que fará um para as Artes da Cena, bem como terá um para cada segmento e que, sendo assim, os artistas busquem seus representantes para verificar a existência desses grupos. Weber retomou que todas as informações oficiais estarão sempre no site e está sendo elaborado um portal para a cultura municipal onde as informações oficiais sobre o Conselho de Cultura também estarão presentes. Solicitou também que todos se atentem aos editais já existentes, pois muito do que foi solicitado já é abarcado nos editais atuais, como a questão de uso do espaço público, por exemplo. Afirmou também que quanto mais detalhadas e justificadas as propostas, mais fácil será a avaliação e aplicação do recurso, então solicitou mais detalhes de cada uma para a próxima oitiva. Alexsander coloca como proposta, a compra de aparelhagem de som e luz para os prédios públicos com o valor de Reformas e Aquisição, ao invés da proposta da secretaria. Marina pediu mais participação da sociedade civil nas decisões, ou seja, mais votações. Josielle chamou a atenção para o fato de que na época da Lei Paulo Gustavo as pessoas solicitaram que fossem aplicados os recursos através de um número maior de premiações com valores menores, porém a grande maioria dos artistas se inscreveu para os editais com maior valor criando vacância nos editais de menor valor que foram atendidos pelas solicitações. Weber chamou a atenção para o fato de que são muitas áreas culturais, portanto quanto mais áreas forem abertas em edital, menores ficarão os recursos para os contemplados. Arthur chamou a atenção para o horário das reuniões, pois terá dificuldade em participar e que se não poderíamos ajustar os horários com a maioria. Katina explicou que isso já foi feito entre os representantes das cadeiras, mas que haverá reuniões setoriais para que as demandas sejam trazidas. A próxima escuta seria então mais uma escuta pública feita no dia 22 de maio às 18h30. A foto foi feita e a escuta foi encerrada às 21h33. Nada mais a ser tratado, a Presidente do Conselho deu por encerrada a escuta. Lavramos a presente Ata que será lida e aprovada por todos os presentes e assinada pela Presidente e pela secretária Rafaele Paiva.

Indaiatuba, 20 de maio de 2024.

_____

Katina B. de Souza – Presidente COMCULT

_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL
INDAIATUBA/SP

Rafaele Paiva – Secretária